



Minha Casa Minha Vida PAC 2 MAIOR QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

A migração acelerada da população das pequenas para as grandes cidades brasileiras resultou, especialmente para os mais pobres, em precárias condições de vida, que incluem o grande déficit habitacional e a predominância de habitações precárias (favelas, palafitas, cortiços etc.), com ocorrências recorrentes de enchentes e deslizamentos de encostas, ausência de saneamento básico, transporte público deficiente e a crescente insegurança pública.

As gestões de Lula e Dilma se comprometeram com a melhoria da qualidade de vida nas cidades e assumiram que o governo federal deveria apoiar municípios e estados no equacionamento desses problemas.

Em nossos governos, enfrentamos as diferentes dimensões da desigualdade urbana, através do direcionamento de políticas públicas para todo território nacional e pela implementação de ações abrangentes, garantindo volume de recursos inéditos para essas áreas.

A primeira medida foi a criação do Ministério das Cidades, no primeiro dia do governo Lula, assim como o Conselho das Cidades e a realização das 5 Conferências Nacionais, que reuniram milhares de pessoas para discutir a política urbana do país.

Também nos dedicamos à cooperação com estados e municípios para a formulação, o financiamento e a execução das ações necessárias.

GOVERN
BR
PAÍS RICO É

HABITAÇÃO COMO DIREITO

Nessa área, as principais linhas de ação foram a **construção de novas moradias, a urbanização de favelas e a emissão de títulos de propriedade**. O modelo adotado garantiu o aumento da oferta de crédito para todas as faixas de renda, com os recursos do FGTS, no caso das famílias de menor renda, e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, no caso da classe média.

Resultados principais Minha Casa, Minha Vida

Do lançamento do programa até maio de 2016 foram:

- ★ Contratadas 4,2 milhões de moradias
- ★ Entregues 2,7 milhões, beneficiando cerca de 10 milhões de pessoas
- ★ Em 96% dos municípios brasileiros

A **Urbanização de Favelas** saiu de 100 projetos antes de 2003 para 4.528 projetos contratados pelo PAC em todo país. **Com investimentos da ordem de R\$ 33,5 bilhões**, entre 2007 e 2015, que atenderam as regiões metropolitanas onde se concentra o maior número de assentamentos dessa natureza. Essas obras melhoraram as condições de vida de cerca de 7 milhões de pessoas.

Entre os milhares de empreendimentos, se destacam os projetos de urbanização em grandes complexos de favelas como o do Alemão, no Rio de Janeiro; Bacia do Beberibe, no Recife e Olinda; Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo; e o Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte.

Foi aprovada também uma nova legislação para regularização de assentamentos irregulares e fornecimento do título de posse a seus ocupantes, o que reduziu a judicialização e o tempo de duração desses processos, potencializando o número de títulos concedidos pelos municípios.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC

MINHA CASA, MINHA VIDA EM NÚMEROS

Quando o programa foi lançado, em 2009, ele tinha dois objetivos. O primeiro era **enfrentar o déficit habitacional, especialmente das famílias com menor renda**, pois 80% do déficit se concentrava nas famílias que ganhavam até R\$ 1.800. O segundo era **gerar emprego e crescimento econômico** por meio da construção civil.

O programa trouxe resultados sociais extremamente positivos:

- ★ **Beneficiou os mais pobres com moradia**, empoderando especialmente as mulheres, que eram as proprietárias preferenciais dos imóveis;

- ★ **Metade das unidades do programa atendeu famílias com renda até R\$ 1.800**. Destas, 46% dos beneficiados recebiam Bolsa Família, 67% eram negros, mais da metade não tinha o ensino fundamental completo e 70% tinha renda familiar de até R\$800.

- ★ Foi gerado um **volume de investimentos em habitação sem precedentes na história do país**. Durante os governos

Lula e Dilma, o programa alavancou um montante da ordem de **R\$ 300 bilhões**.

Impactou significativamente a economia, gerando renda, aumentando a produção de material de construção e serviços, e gerando novos empregos diretos e indiretos. Após os cinco primeiros anos de operação do MCMV:

- ★ foram **criados 1,7 milhão de empregos** - 1,2 milhão diretos e 500 mil indiretos; e **retornaram aos cofres públicos**, na forma de tributos, **49% do total dos subsídios desembolsados**, segundo a Fundação Getúlio Vargas

- ★ o **número de empresas** de construção imobiliária **cresceu 48%** e o seu **faturamento aumentou 54%**, segundo o IBGE.

Além do mais, a operacionalização do programa foi feita por construtoras de todos os portes, por movimentos sociais e cooperativas rurais e urbanas, e pelos bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil. Isso garantiu o reconhecimento dos movimentos sociais urbanos e rurais como agentes formuladores e implementadores da política de habitação em projetos de autogestão.



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO/PR



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC



DESMONTE NA HABITAÇÃO PÓS-GOLPE DE 2016

Em função da política econômica que prioriza o ajuste fiscal em detrimento do crescimento do país, os **investimentos em habitação despencaram**. Os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para o Minha Casa, Minha Vida foram reduzidos de R\$ 59 bilhões, em 2015, para R\$ 4,9 bilhões, em julho de 2019. Para 2020, o cenário é ainda pior: estão previstos apenas R\$ 2,7 bilhões para o programa

Além de reduzir o ritmo das contratações, estas foram concentradas nas camadas de maior renda, excluindo a população mais pobre. Enquanto destinávamos 50% do total de unidades para renda familiar de até R\$ 1.800, desde o golpe, essa faixa reduziu-se a 12% do total em 2018. Em 2019, essas contratações estão congeladas e os pagamentos para obras em andamento estão atrasados, ameaçando cerca de 50 mil empregos, segundo as empresas.

A crise financeira que o país vive hoje é muito mais grave do que quando o MCMV foi lançado, em 2009. **A retomada do programa representaria importante incentivo ao crescimento econômico e à geração de empregos de qualidade.**

SANEAMENTO BÁSICO

Após 20 anos de ausência, aprovamos o **marco regulatório para o saneamento básico**, que aponta para a universalização e a melhoria da qualidade desses serviços. Nele, houve a extensão do conceito de saneamento aos serviços de drenagem e de coleta e tratamento de lixo.

Após quase uma década, retomamos o financiamento para as empresas públicas, que são parcela significativa dos agentes que operam o saneamento no país.

Os recursos investidos entre 2003 e 2015 foram de R\$ 200 bilhões, em valores de julho de 2019.

A destinação dos recursos baseou-se no déficit de cada região, priorizando projetos nas áreas mais pobres das cidades, onde se concentra a maior carência. Por isso, destinamos 31% dos recursos para o Nordeste e 38% para o Sudeste, que possuíam maior déficit absoluto de serviços de saneamento básico no país.

Tal distribuição de recursos do Orçamento da União, por sua vez, buscou **privilegiar regiões mais carentes desse tipo de in-**

fraestrutura e com menor condição de tomar crédito. Dessa forma, o Nordeste recebeu 81% desses recursos, enquanto o Sudeste dispôs de 31% dessa fonte.

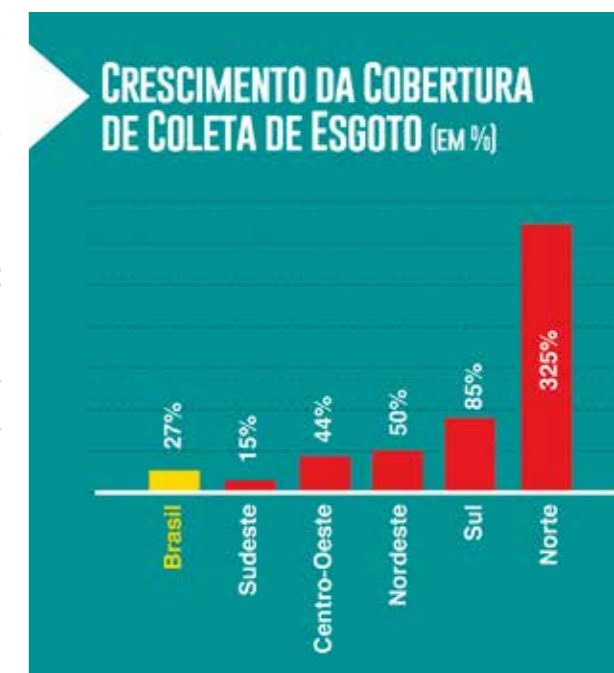
Os indicadores dos serviços de água e esgoto responderam positivamente a essa estratégia.

A cobertura de abastecimento de água em 2002, por rede geral, era de 92%, mas ainda muito desigual quando consideradas regiões com maior déficit e de menor renda. Com os investimentos do PAC, enquanto essa cobertura aumentou 2%, na média do Brasil, na faixa de renda de até 1 salário mínimo, especificamente, o crescimento foi de 8%. Houve também maior crescimento da cobertura, entre 2002 e 2015, nas regiões com menor atendimento.

No caso da **coleta de esgoto**, por meio de rede geral, a cobertura no país aumentou 27%. Entre os mais pobres, o crescimento foi ainda mais expressivo: 45%, para famílias com renda de até 3 salários mínimos, e 61%, na faixa de até 1 salário mínimo.

A cobertura, entre 2002 e 2015, expandiu-se mais nas regiões de maior déficit.

Também foi aprovada a lei da inovadora **Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS**, que prevê a estruturação de cadeias de logística reversa, fundamentais para a reciclagem de resíduos.



DESMONTE NO SANEAMENTO PÓS-GOLPE DE 2016

Como nas demais áreas, **os investimentos em saneamento foram igualmente comprometidos e tiveram queda de 35%**, além da interrupção de seleção de novas obras. Atual governo enviou ainda Medida Provisória ao Congresso para **acelerar privatização no setor**. A proposta não é boa para os municípios nem para as empresas estaduais e tampouco dá segurança para o setor privado investir.





MOBILIDADE URBANA

Durante os governos do PT, adotou-se um novo conceito para a política federal de transporte urbano. A mobilidade urbana foi incorporada como um direito baseado nas pessoas e não nos automóveis, apontando para uma cidade mais acessível, democrática e ambientalmente sustentável

Essa concepção é a base da **Lei da Mobilidade Urbana, aprovada em 2012**. Disponibilizamos **volume de recursos extraordinário para a área**, de forma a atender a população de menor renda e as regiões menos favorecidas.

Assim, o governo federal ofereceu, para municípios e estados, R\$ 197 bilhões, em valores atualizados para julho de 2019, com o objetivo de melhorar as condições do transporte coletivo urbano nos grandes centros, principalmente para reduzir o tempo de deslocamento para trabalho e/ou estudo.

Foram priorizados empreendimentos que integrassem vários municípios de regiões metropolitanas. **A seleção de projetos**

alcançou todas as cidades brasileiras com mais de 150 mil habitantes e todas as pertencentes a regiões metropolitanas, independentemente do tamanho.

Projetos Selecionados

- ★ 658 km de transportes sobre trilhos: metrô, monotrilho, VLT, trem urbano e aeromóvel
- ★ 3.204 km de transportes sobre pneus: BRTs e corredores de ônibus
- ★ 21 km de transporte fluvial urbano.

São exemplos importantes desses empreendimentos, que já estão em operação, o BRT Transcarioca e Transolímpica, a linha 4 do metrô e o VLT do Centro, no Rio de Janeiro; o BRT das avenidas Cristiano Machado e Antônio Carlos, em Belo Horizonte; o metrô de Salvador; o BRT Eixo Sul de Brasília; o VLT da Baixada Santista, em São Paulo; o BRT de Belém; o BRT Norte-Sul de Recife; o Corredor Padre Cacique, de Porto Alegre, entre muitos outros.



MOBILIDADE URBANA EM SEGUNDO PLANO

Além da redução dos investimentos, foram cancelados 55 projetos selecionados pelo PAC no total de R\$ 15 bilhões, demonstrando total descaso do atual governo para população que depende do transporte. Entre as obras canceladas estão os corredores de ônibus Guarapiranga-Guavirutuba e Estrada do M'Boi Mirim, em São Paulo; corredores de ônibus em Recife e Belém; sistemas de trilhos como a expansão do metrô Asa Norte, em Brasília; a Linha 3 São Gonçalo-Niterói de metrô, no Rio de Janeiro; a rede de metrô da região metropolitana de Belo Horizonte; e o corredor VLT Aeroporto-Centro, em Maceió.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE RISCOS

Os governos do PT apoiaram as cidades brasileiras no enfrentando das situações recorrentes de inundação e de deslizamento de encostas.

No caso de drenagem de córregos, foram selecionadas 332 obras estruturantes e articuladas dentro das bacias hidrográficas, de forma a equacionar a situação em um município sem aumentar o problema de outro.

Esses empreendimentos de drenagem foram importantes para solucionar enchentes recorrentes, especialmente nas regiões metropolitanas, que provocavam perda humanas e materiais e desorganizavam as cidades.

Entre os empreendimentos de destaque nessa área, estão os projetos dos rios Bo-



tas e Sarapuí, na Baixada Fluminense; da Praça da Bandeira, da Bacia do rio Acari, do Canal do Mangue e de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro; de Riacho das Pedras, Belo Horizonte; da Bacia do rio Una, em Pernambuco; e da Bacia do Córrego Ponte Baixa, em São Paulo.

No caso da prevenção de deslizamento de encostas, foram financiados os Planos de Prevenção de Risco e 140 obras de contenção nas cidades com maior recorrência dessas situações.



DESMONTE

Em função dos cortes orçamentários, na esteira da EC 95, os investimentos no setor despencaram. **Os recursos de drenagem caíram, em média, 75% e os de contenção de encostas, 90%.**